

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.218 - MG (2019/0257962-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : SETPAR S/A
AGRAVANTE : SETPAR DIVINOPOLIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
SPE LTDA
AGRAVANTE : SETPAR DIVIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
LTDA
AGRAVANTE : HS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA
ADVOGADOS : JOAQUIM DONIZETI CREPALDI - MG040924
DANIEL RIBEIRO BRANDÃO PEREIRA - MG114187
LUCAS RIBEIRO CREPALDI - MG114189
AGRAVADO : LUCIANO LISBOA MORALES
ADVOGADOS : FRANCISCO LAMOUNIER PEREIRA NETTO - MG100110
EBENÉZER RIBEIRO LOMEU - MG091597

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. COMISSÃO DE CORRETAGEM. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. INADMISSÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, I, *b*, DO NCPC (ART. 543-C, PARÁGRAFO 7º, INCISO I DO CPC/73). AGRAVO INVIÁVEL EM HIPÓTESES DE INADMISSÃO COM FUNDAMENTO NA APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIRMADO EM JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS (ART.1.042 DO NCPC) POR SE TRATAR DE ERRO GROSSEIRO. TRANSFERÊNCIA AO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CLARA E DESTACADA NO CONTRATO. FALTA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO NOS MOLDES LEGAIS. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

LUCIANO LISBOA MORALES (LUCIANO) ajuizou ação de repetição de indébito contra SETPAR S.A., SETPAR DIVINÓPOLIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., SETPAR DIVIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e HS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA. (SETPAR e outras), em virtude de cobrança de comissão de corretagem decorrente de contrato de compromisso particular de compra e venda de

Superior Tribunal de Justiça

imóvel urbano.

O Juízo de primeira instância julgou improcedente o pedido inicial, condenando LUCIANO ao pagamento das custas finais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa (e-STJ, fls. 421/426).

O Tribunal mineiro deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto por LUCIANO, em acórdão que ficou assim ementado:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO - PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO - COMISSÃO DE CORRETAGEM - TRANSFERÊNCIA AO CONSUMIDOR - PREVISÃO CLARA E DESTACADA NO CONTRATO - INEXISTÊNCIA - IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ - INOCORRÊNCIA - RECURSO PROVIDO EM PARTE.

- O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial de n.º 1.599.5111 SP - processado sob a sistemática de julgamento de recursos repetitivos, prevista no artigo 1.040 do Código de Processo Civil - firmou entendimento no sentido de ser válida a cláusula que transfere, ao promitente comprador, a obrigação de pagar comissão de corretagem, desde que haja previsão expressa nesse sentido e lhe seja previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com destaque do valor daquele encargo.

- A aplicação da regra de repetição do indébito contida no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, apenas tem lugar quando a cobrança tenha sido feita em situação de má-fé daquele que recebeu (e-STJ, fl. 494).

Os embargos declaratórios opostos por SETPAR e outras foram rejeitados (e-STJ, fls. 518/525)

SETPAR e outras interpuseram recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, apontando ofensa aos arts. 11, 489, §1º, IV, 927, III, 1.022, II, do NCPC, além de dissídio jurisprudencial, por entenderem, em suma, que (1) houve negativa de prestação jurisdicional e falta de fundamentação acerca dos fatos e provas capazes de identificar a previsão expressa dos honorários de corretagem, bem como a ciência de que havia tal cobrança; (2) a cláusula contratual que transfere ao comprador a obrigação de pagar comissão de corretagem é válida; (3) a cláusula do contrato referente ao valor da comissão de corretagem foi devidamente especificada quando da assinatura do contrato estabelecido entre as partes (e-STJ, fls. 585/592)

Contrarrrazões apresentadas (e-STJ, fls. 575/582)

Superior Tribunal de Justiça

O apelo nobre não foi admitido sob os fundamentos de aplicação dos arts. 1.030, I, *b* e 1.040, I, do NCPC, sistemática dos recursos repetitivos, bem como por ausência de ofensa aos dispositivos de lei federal e incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 585/592).

SETPAR e outras interpuseram agravo em recurso especial, afirmando a violação dos dispositivos de lei federal e a divergência pretoriana. No mais, repisaram as razões do apelo nobre (e-STJ, fls. 595/611).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 623).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da negativa de prestação jurisdicional e da fundamentação

SETPAR e outras sustentaram que houve negativa de prestação jurisdicional e falta de fundamentação acerca dos fatos e provas capazes de demonstrar a previsão expressa dos honorários de corretagem, bem como a ciência do consumidor de que havia tal cobrança.

No julgamento da apelação, a Corte mineira assim consignou:

No caso em tela, verifica-se, da leitura dos contratos firmados entre as partes (fls. 24/43), que, apesar de ter sido prevista, na Cláusula Sétima, a transferência, ao comprador, da obrigação de pagar a comissão de corretagem, o valor desse encargo não foi discriminado nos instrumentos contratuais, e, muito menos, incluído no preço total da unidade adquirida, indicado no quadro resumo.

Não há nos autos, por outro lado, qualquer prova de que o comprador tenha sido, por outro modo, informado, previamente à assinatura do contrato, a respeito do valor a ser pago a título de comissão de corretagem.

O montante desse encargo somente constou de "propostas de reserva" de fls. 21/22, expedidas no mesmo dia da celebração dos respectivos contratos, inexistindo, no caderno probatório, elemento que ateste relação de anterioridade entre tais documentos.

Superior Tribunal de Justiça

Nessas circunstâncias, mostra-se ilícita, por violação aos deveres de informação e transparência, a transferência, ao Autor, ora Apelante, da responsabilidade pelo pagamento da comissão de corretagem.

Tal obrigação, a meu aviso, deverá se estender a todas as corrés, uma vez que, dos instrumentos contratuais supramencionados, depreende-se a participação, no negócio jurídico, não só da quarta Ré, na qualidade de vendedora, mas também das demais, como gestoras da atividade de incorporação e responsáveis pelo atendimento ao consumidor (e-STJ, fls. 498/499)

Verifica-se que o Tribunal mineiro analisou as questões que lhe pareceram necessárias à solução da causa acerca da impossibilidade de cobrança da comissão de corretagem, ressaltando que, nesse particular, embora prevista contratualmente a transferência ao consumidor da obrigação, concluiu que o valor do encargo não foi discriminado nos contratos e nem mesmo incluído no preço total da unidade imobiliária. Ressaltou, ainda, que *Não há nos autos, por outro lado, qualquer prova de que o comprador tenha sido, por outro modo, informado, previamente à assinatura do contrato, a respeito do valor a ser pago a título de comissão de corretagem* (e-STJ, fl. 498). Assim, afastou a possibilidade de cobrança da comissão de corretagem do consumidor, por ofender os direitos da informação e transparência.

Portanto, houve manifestação sobre o tema, sobretudo a sistemática de julgamento de recursos repetitivos acerca da validade da cláusula que transfere ao promitente comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem, desde que haja previsão expressa e seja previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com destaque do valor do encargo. Assim, tem-se que a manifestação de forma contrária à pretensão das recorrentes não caracteriza ofensa aos arts. 11, 489, §1º, IV, 927, III, 1.022, II, do NCPC.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. 1. ALEGAÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 2. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 3. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. ART. 489 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZADA. 4. ÍNDICE CORRETO PARA APLICAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. 5. JUROS DE

Superior Tribunal de Justiça

MORA. DATA DA CITAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. 6. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

3. *Conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).*

(...)

6. *Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1.288.143/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 11/9/2018, DJe 21/9/2018 – sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CUMPRIMENTO DE CONTRATO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. *Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.*

(...)

3. *Agravo interno não provido.*

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.460.705/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 24/9/2019, DJe 30/9/2019)

(2) Do art. 1.042 do NCPC

Com o advento do NCPC aos 18/3/2016 passou a existir expressa previsão legal no sentido do **não cabimento de agravo contra decisão que inadmite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo, in verbis:**

Superior Tribunal de Justiça

Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outra de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar

Superior Tribunal de Justiça

provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016 – sem destaque no original)

No caso dos autos, o julgado recorrido vai ao encontro com a orientação assentada pela Segunda Seção do STJ no julgamento dos Recursos Especiais Repetitivos nºs 1.551.956/SP e 1.599.511/SP - Tema 938 do STJ.

Portanto, o agravo não pode ser conhecido, nesse ponto, por constituir erro grosseiro.

(3) Do dissídio jurisprudencial

SETPAR e outras sustentaram que a cláusula contratual referente ao valor da comissão de corretagem foi devidamente especificada quando da assinatura do contrato estabelecido entre as partes.

O conhecimento do recurso especial pelas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional exige a indicação de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF.

Na hipótese dos autos, SETPAR e outras disseram haver divergência jurisprudencial no tocante à interpretação sobre a validade de cláusula contratual que informa preço total da unidade imobiliária e valor da comissão de corretagem. Contudo, não cuidou de indicar os dispositivos de lei que entendeu malferidos pela Corte de piso. Evidenciada portanto a incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF, a obstar o conhecimento do apelo nobre.

Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TRANSPORTE COLETIVO. DANO MORAL. 1. MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. QUESTÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. 2. REDUÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 3. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284 DO STF. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

3. A Corte Especial do STJ decidiu, no julgamento do AgRg no REsp 1.346.588/DF, Relator o Ministro Arnaldo Esteves Lima, que no recurso especial interposto com base na divergência jurisprudencial (art. 105, III, c, da CF), é imprescindível a indicação dos dispositivos legais sobre os quais se baseia o dissenso interpretativo, sob pena de não conhecimento do recurso.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.579.618/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 1º/7/2016 - sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA DAS DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. QUANTUM. SÚMULA Nº 284 DO STF. ESPÓLIO. HERDEIROS. LEGITIMIDADE ATIVA DA HERDEIRA PARA PLEITEAR DIREITO DA FALECIDA EM NOME PRÓPRIO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. REFORMA DO JULGADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

3. Inviável análise de recurso especial interposto pela alínea c do permissivo constitucional que não indica, com clareza e precisão, os dispositivos de lei federal em relação aos quais haveria dissídio jurisprudencial. Incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF.

4. A divergência jurisprudencial não foi comprovada nos moldes estabelecidos nos arts. 1.029, parágrafo único, do NCPC, e 255, § 2º, do RISTJ.

[...]

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 893.976/SP, minha relatoria, Terceira Turma, DJe 29/6/2016 - sem destaque no original)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA N. 284/STF. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A falta de indicação do dispositivo legal supostamente violado obsta o conhecimento do recurso especial, ainda que

Superior Tribunal de Justiça

interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional (Súmula n. 284/STF).

[...]

5. Agravo interno a que nega provimento.

(AgInt no AREsp 895.279/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 19/9/2016 - sem destaque no original)

Ademais, a decisão recorrida não contraria o entendimento desta Corte Superior acerca do dever de prestação de informação prévia ao consumidor no que diz respeito à cobrança de comissão de corretagem. Além disso, conforme as alegações contidas nas razões do especial, a comprovação quanto ao cumprimento do dever de informação prévia ao consumidor e de sua ciência sobre a cobrança da comissão de corretagem demandaria o revolvimento do conjunto probatório, o que é inviável, na via eleita, ante o óbice das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido, ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. COBRANÇA DE TAXA DE CORRETAGEM. TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR. DEVER DE INFORMAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. REDISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem determinou a devolução dos valores pagos pelos promissórios compradores a título de comissão de corretagem, devido à falta de transparência no contrato firmado com a construtora, inexistindo informação clara quanto à eventual transferência da obrigação aos consumidores. Tal conclusão está conformada ao entendimento desta Corte, aplicando-se a Súmula 83 do STJ. 2. A verificação da proporção em que as partes sucumbiram na demanda, no caso, fica obstada no âmbito do recurso especial, por envolver o reexame do conjunto fático dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.356.922/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 7/2/2019, DJe 19/2/2019)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO. RESCISÃO DO CONTRATO, POR INICIATIVA DO PROMITENTE COMPRADOR. COMISSÃO DE CORRETAGEM. CLÁUSULA DE TRANSFERÊNCIA DA OBRIGAÇÃO AO CONSUMIDOR.

Superior Tribunal de Justiça

VALIDADE. TRIBUNAL LOCAL QUE REPUTOU INDEVIDA A COBRANÇA ANTE A FALTA DE COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REFORMA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A jurisprudência desta Corte, no bojo do REsp nº 1.599.511/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, decidiu pela validade da cláusula que transfere a responsabilidade de pagamento do encargo da comissão de corretagem ao consumidor, desde que devidamente informado até o momento da contratação.

3. No caso dos autos, o Tribunal a quo entendeu que a cobrança de referida verba se mostrou indevida, uma vez que não houve efetiva comprovação da prestação do serviço, além de ter sido violado o dever de informação ao consumidor. Rever tal entendimento encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

4. Em virtude do não conhecimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, aplica-se ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1.728.418/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, j. 14/8/2018, DJe 27/8/2018)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Em razão da aplicabilidade das regras do NCPC e do não provimento do presente recurso, majoro em 5% o valor dos honorários anteriormente fixados em desfavor de SETPAR e outras, limitados a 20%, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

